

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

### 1. Contexto Operacional

O Serviço Social da Indústria (SESI), é uma entidade do direito privado, sem fins lucrativos, criada pela Confederação Nacional da Indústria, a 1º de julho de 1946, consoante ao Decreto-lei n.º 9.403, de 25 de junho do mesmo ano, tem por escopo estudar, planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão geral de vida no país, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico e o desenvolvimento do espírito da solidariedade entre as classes.

A Ação do SESI abrange: o trabalhador da indústria, das comunicações e da pesca e seus dependentes, os diversos meios-ambientes que condicionam a vida do trabalhador e de sua família.

*Fonte: Regulamento do Serviço Social da Indústria SESI, atualizado pelo decreto n.º 6.637 de 5 de novembro de 2008 – Brasília 2009.*

A entidade, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei n.º 2.613 de 23/09/1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

A Contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto n.º 4.524 de 17/12/2002 artigo 9º, inciso VI. Conforme incisos I e II, artigo 46 deste Decreto, as entidades relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, não contribuem para o PIS/PASEP sobre o faturamento e são isentas da COFINS.

### 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto as operações financeiras mensuradas pelos valores justos, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades regidas pela Lei n.º 4320/64 e NBC T 16.6 (R1) aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, em consonância com a Lei 11.638/07.

A contabilização obedece ao Plano de Contas e a Padronização Contábil, aprovados pelo Conselho Nacional do SESI através do Ato Resolutório n.º 12, de 28 de julho de 2009.

## 2.2 Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

### a) Regime de Registros Contábeis

De acordo com o Plano de Contas e a Padronização Contábil aprovado pelo Conselho Nacional do Sesi (Ato Resolutório n.º 12, de 28 de julho de 2009), as receitas e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

### b) Disponibilidades, títulos e valores mobiliários.

As disponibilidades, os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo ou valor de realização, incluindo quando aplicável os rendimentos, e as variações monetárias auferidas. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

### c) Depósitos para Recursos Judiciais

Existem situações em que a entidade questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

### d) Adiantamentos

Referem-se à adiantamentos de salários, férias e adiantamento de recursos para viagens.

### e) Valores a apropriar

Referem-se à compra antecipada de vale refeição e alimentação para crédito tempestivos aos colaboradores, e posterior apropriação das despesas e dos créditos correspondentes.

### f) Despesas antecipadas

Correspondem aos valores pagos pela contratação de seguros, licenças de softwares e outras despesas que são apropriadas nas contas de resultado mensalmente, observando o período de vigência do contrato em consonância com o regime de competência.

### g) Avaliação da Recuperabilidade de Ativos Financeiros – Impairment

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (Impairment). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

## h) Gestão do Patrimônio e Depreciação

O Serviço Social da Indústria SESI Departamento Regional do Paraná no que tange a aplicação dos procedimentos para o registro contábil da reavaliação, depreciação, amortização e exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, adota os princípios previstos nas NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136, de 2008, e NBC T 16.10, aprovada pela Resolução 1.137, de 2008 e alterada pela Resolução do CFC nº 1.437 de 2013, com base nas regras definidas na macro função SIAF nº 02.03.30 para o Setor Público, bem como atende as normas internas, atos resolutórios e regulamentos definidos pelo CPC-SI Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Sistema da Indústria. Os procedimentos relativos ao Ativo Patrimonial encontram-se integrados com o Sistema Contábil através de ERP e sua conciliação é realizada mensalmente.

O Manual SIAFI na sua macrofunção 02.03.30, item 14, estabeleceu um cronograma de implantação da depreciação, amortização e exaustão nas entidades públicas, onde os bens adquiridos a partir de 2010 estão aptos a serem depreciados e devem iniciar sua depreciação no mesmo exercício, já os itens adquiridos nos exercícios anteriores a 2010 necessitam ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável, devido ao fato destes estarem registrados pelo seu valor histórico o que não constitui uma base monetária confiável para se iniciar a depreciação.

Mesmo antes da obrigatoriedade da depreciação e amortização, em órgãos públicos, o SESI/PR já realizava estes procedimentos em todos os itens de seu ativo, desta forma, não houve a necessidade de realização de ajuste inicial em seu ativo imobilizado e intangível.

A depreciação e amortização dos bens é realizada mensalmente e os valores correspondentes reconhecidos nas variações patrimoniais durante a vida útil econômica dos bens. Desde o ano de 2009 há uma constante prática de baixas de bens, evitando situações de obsolescência ou danos físicos, e as solicitações de baixa são obrigatoriamente submetidas à aprovação do Conselho Regional. Estes procedimentos contribuem para que o ativo imobilizado reflita a situação real do patrimônio, sendo o saldo contábil e patrimonial ajustados periodicamente.

Os bens imóveis são registrados de acordo com o contrato de compra e venda e/ou documento de registro de imóveis; as construções, ampliações, reformas e melhorias são reconhecidas de acordo com o custo e a depreciação iniciada após a conclusão e informação da área de engenharia de obra finalizada e entregue. As benfeitorias em imóveis de terceiros são contabilizadas em conta contábil específica e sua amortização é realizada de acordo com o período de vigência do contrato de locação ou comodato. Os bens recebidos em doação obtidos a título gratuito, são registrados pelo valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico, ou valor patrimonial definido nos termos da doação; lei de doação específica; registro de imóveis ou documento devidamente assinado entre as partes pelos representantes legais. O ativo intangível é formado exclusivamente pelos softwares adquiridos, mensurados com base no valor de aquisição ou produção, deduzidos da respectiva amortização acumulada, calculada de forma linear, com prazo de vida útil de 5 (cinco) anos, considerando a obsolescência tecnológica desses ativos.

O ato resolutório 17/2010 de 27 de julho do Conselho Nacional do SESI estabelece que os bens móveis e imóveis devem ser depreciados da seguinte maneira: (i) Imóveis - Edificações 2% ao ano, (ii) Mobiliários, Máquinas e Equipamentos 10% ao ano e (iii) Veículos e Equipamentos de Informática 20% ao ano.

**i) Demais ativos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

**j) Convênios e Acordos**

Referem-se a direitos e obrigações relativos a convênios e acordos firmados com Entidades de direito público ou privado.

**k) Sistema Indústria Conta Movimento**

Referem-se as operações e conta corrente entre os Departamentos Regionais, Departamento Nacional, e demais entidades do Sistema FIEP.

**l) Demais passivo circulante e não circulante**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

**m) Ativo e passivo compensado**

As rubricas de compensado com função precípua de controle, são utilizadas para consolidar atos e fatos ligados à execução orçamentária, financeira e de controle patrimonial; bens cedidos ou recebidos em comodato e valores das coberturas de seguros.

**3. Orçamento e sua Execução**

O orçamento inicial, no valor de R\$ 361.545.000,00 (trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil reais), foi aprovado pela Resolução nº. 028/2017 de 28 de setembro de 2017, do Conselho Regional do Sesi do Paraná;

Através da Resolução nº. 013/2018 de 04 de junho de 2018, do Conselho Regional do Sesi do Paraná, foi aprovada a proposta de retificação orçamentária para o valor de R\$ 386.240.000,00 (trezentos e oitenta e seis milhões, duzentos e quarenta mil reais), registrando um aumento de aproximadamente 6,8 % sobre o orçamento inicial.

A execução orçamentária apresentou o seguinte resultado:

DESCRIÇÃO	VALOR
Receita Orçada	386.240.000,00
Receita Arrecadada	352.767.734,21
<b>Arrecadada a Menor</b>	<b>33.472.265,79</b>
Despesa Autorizada	386.240.000,00
Despesa Realizada	352.767.734,21
<b>Realizada a Menor</b>	<b>33.472.265,79</b>
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>0</b>

A execução orçamentária comportou-se conforme segue:

### Receitas

DESCRIÇÃO	VALOR – em R\$	% TOTAL DA RECEITA
Receita de Contribuições	225.823.704,46	64,0%
Receitas Patrimoniais e Financeiras	6.314.449,63	1,8%
Receitas de Serviços	102.571.989,57	29,1%
Outras Receitas Correntes	5.999.086,12	1,7%
Convênios	205.294,23	0,1%
Apoios Financeiros	10.352.289,60	2,9%
<b>Total da Receita Corrente</b>	<b>351.266.813,61</b>	<b>99,6%</b>
Alienação de Bens	613.556,91	0,2%
Outras Receitas de Capital	887.363,69	0,3%
<b>Total da Receita de Capital</b>	<b>1.500.920,60</b>	<b>0,4%</b>
<b>Total Geral da Receita</b>	<b>352.767.734,21</b>	<b>100%</b>

As receitas correntes no montante de R\$ 351.266.813,61 representaram 99,6% das receitas totais, enquanto que as receitas de capital no total de R\$ 1.500.920,60 representaram apenas 0,4% do total das receitas.

### Despesas

DESCRIÇÃO	VALOR – em R\$	% TOTAL DA RECEITA
Pessoal e Encargos Sociais	175.921.533,63	49,9%
Ocupação e Utilidades	8.537.226,09	2,4%
Materiais	11.879.283,88	3,4%
Transportes e Viagens	4.989.052,18	1,4%
Material de Distribuição Gratuita	681.038,14	0,2%
Serviços de Terceiros	88.645.693,89	25,1%
Despesas Financeiras	2.311.553,39	0,7%
Impostos Taxas e Contribuições	640.603,74	0,2%
Despesas Diversas	5.608.748,12	1,6%
Contribuições e Transferências Regulamentares	19.208.028,42	5,4%
Convênios	3.352.578,70	1,0%
<b>Total da Despesa Corrente</b>	<b>321.775.340,18</b>	<b>91,2%</b>
Investimentos	30.979.080,09	8,8%
Inversões Financeiras	13.313,94	0,0%
<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>30.992.394,03</b>	<b>8,8%</b>
<b>Total Geral da Despesa</b>	<b>352.767.734,21</b>	<b>100%</b>

As despesas correntes no montante de R\$ 321.775.340,18 representaram 91,2% das despesas totais, enquanto que as despesas de capital no total de R\$ 30.992.394,03 representaram apenas 8,8% do total das despesas.

## Gratuidade

Em atendimento aos artigos 6º e 69 do regulamento do SESI, o Departamento Regional do Paraná destinou no ano de 2018 para ações de educação R\$ 114.370.315,21, correspondendo a aproximadamente **61%** da receita líquida de contribuição e para gratuidade R\$ 49.148.705,21, o que corresponde a **26%** da receita líquida de contribuição.

RECEITAS	Realizado até Dezembro
Receita Bruta de Contribuição Compulsória (RBCC)	225.823.704,46
Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC) <sup>1</sup>	187.998.233,96
Compromisso de Aplicação de Recursos em Educação Básica e Continuada <sup>2</sup>	62.659.811,38
Compromisso de Aplicação de Recursos em Gratuidade <sup>3</sup>	31.339.305,60
<b>DESPESAS</b>	
<i>em Educação Básica e Continuada</i>	114.370.315,21
<i>em Gratuidade</i>	49.148.705,21
<b>Resultado do Cumprimento da Aplicação de Recursos em Educação<sup>4</sup></b>	<b>51.710.503,83</b>
<b>% da Receita Líquida de Contribuição Destinado à Educação Básica e Continuada</b>	<b>61%</b>
<b>Resultado do Cumprimento da Aplicação de Recursos em Gratuidade<sup>5</sup></b>	<b>17.809.399,60</b>
<b>% da Receita Líquida de Contribuição Destinado à Gratuidade</b>	<b>26%</b>

Fonte: Gerência de Planejamento, Orçamento e Controle - GPOC

**1.Receita Líquida de Contribuição Compulsória:** Corresponde a 83,25% da Receita Bruta de Contribuição Compulsória Geral, em conformidade com o Art. 69 do Regulamento do SESI, atualizado pelo Decreto Lei nº 6.637, de 5 de novembro de 2008.

**2.Compromisso de Aplicação de Recursos em Educação:** Corresponde à 33,33% da Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC).

**3.Compromisso de Aplicação de Recursos em Gratuidade:** Corresponde à 16,67% da Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC).

**4.Resultado do Cumprimento da Aplicação de Recursos em Educação:** Corresponde ao resultado (positivo ou negativo), da aplicação de recursos da receita líquida de contribuição compulsória destinada para a gratuidade, em relação ao compromisso de 33,33%.

**5.Resultado do Cumprimento da Aplicação de Recursos em Gratuidade:** Corresponde ao resultado (positivo ou negativo), da aplicação de recursos da receita líquida de contribuição compulsória destinada para a gratuidade, em relação ao compromisso de 16,67%.

Cálculos realizados de acordo com a metodologia de aplicação do compulsório em educação e em gratuidade no SESI conforme divulgação do SESI Nacional.

#### 4. Variação Financeira

A movimentação de recursos financeiros ocorreu da seguinte forma:

DESCRIÇÃO		VALOR - em R\$
2017	Saldo de Caixa e Bancos - Exercício Anterior	1.255.998,86
	Aplicações Financeiras - Exercício Anterior	84.430.597,21
	<b>SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>85.686.596,07</b>
2018	Saldo de Caixa e Bancos - Exercício Atual	603.473,03
	Aplicações Financeiras - Exercício Atual	90.346.438,87
	<b>SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL</b>	<b>90.949.911,90</b>

O Índice de Liquidez Corrente (AC/PC) que representa a disponibilidade financeira no exercício para liquidação das obrigações em curto prazo alcançou 1,65 no final de 2018. Portanto para cada real de passivo circulante haverá R\$ 1,65 de disponibilidade.

#### 5. Mutações Patrimoniais

O Resultado Patrimonial do Exercício no valor de R\$ 16.676.686,86 foi obtido conforme quadro abaixo:

PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		
DESCRIÇÃO		VALOR em R\$
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL ACUMULADO DO EXERCÍCIO DE 2017 (A)</b>		<b>299.320.671,73</b>
<b>ACRÉSCIMO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2018</b>		
<b>RECEITAS (B)</b>		<b>352.767.734,21</b>
RECEITAS CORRENTES		351.266.813,61
RECEITAS DE CAPITAL		1.500.920,60
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS E FINANCEIRAS (B)</b>		<b>38.606.869,10</b>
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		31.625.057,77
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		5.969.049,94
VARIAÇÕES FINANCEIRAS		1.012.761,39
<b>TOTAL (B)</b>		<b>391.374.603,31</b>
<b>DIMINUIÇÃO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2018</b>		
<b>DESPESAS (C)</b>		<b>352.767.734,21</b>
DESPESAS CORRENTES		321.775.340,18
DESPESAS DE CAPITAL		30.992.394,03
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS E FINANCEIRAS (C)</b>		<b>21.930.182,24</b>
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		20.907.093,18
VARIAÇÕES FINANCEIRAS		1.023.089,06
<b>TOTAL (C)</b>		<b>374.697.916,45</b>
<i>SUPERAVIT PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2018 (D)</i>	<i>D=(B)-(C)</i>	<i>16.676.686,86</i>
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL FINAL EM 2018</b>	<b>= (A)+(D)</b>	<b>315.997.358,59</b>

## 6. Balanço Patrimonial

O Patrimônio Social está assim distribuído:

DESCRIÇÃO	VALOR – em R\$
Imobilizado	230.514.447,07
Intangível	14.409.300,02
Realizável a Longo Prazo	9.439.123,38
( - ) Exigível a Longo Prazo	-7.026.838,83
Saldo Financeiro Livre	68.661.327,05
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>315.997.358,69</b>

O Saldo Financeiro Livre no valor de R\$ 68.661.327,05 foi obtido conforme demonstrativo abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR – em R\$
(a) Ativo Circulante	173.523.950,37
(b) Passivo Circulante	104.862.623,32
<b>SALDO FINANCEIRO LIVRE</b> <b>= (a)-(b)</b>	<b>68.661.327,05</b>

Os adiantamentos para despesas de viagens seguiram os preceitos contidos na Norma de Gestão Interna;

O Balanço Patrimonial, DFC, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário, assim como a execução da Receita e Despesa encontram-se transcritos no livro Diário nº. 69;

As Autorizações para liberação de pagamentos ocorreram conforme Política de Alçadas que dispõe sobre limites de alçadas para autorização de despesas.

## 7. Créditos a Receber

É composto por valores a receber oriundos de Contribuição Compulsória Indireta (Receitas a Receber), saldo de clientes, operações junto a Departamentos Regionais e Nacional do Sistema Indústria, impostos e contribuições a recuperar e cauções.

Para o exercício de 2018, observado ao disposto no CPC/SI – Receitas de Clientes e CPC/SI – Provisão de Devedores Duvidosos de Clientes, bem como o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetivou-se a baixa dos títulos vencidos a mais de 540 dias, totalizando o montante de R\$ 2.641.000,00. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é composta pelos títulos vencidos entre 181 a 539 dias considerando a data base 30/11/2018. O saldo de clientes é composto por:



<b>Cientes a Receber</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Cientes a Receber a Curto Prazo	52.714.576,75	62.310.977,04
Cientes a Receber a Longo Prazo	5.250.595,43	2.903.622,03
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-3.725.851,39	-3.448.939,82
<b>Total</b>	<b>54.239.320,79</b>	<b>61.765.659,25</b>

<b>Demais Créditos a Receber</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Adiantamento a Empregados	1.800.399,63	3.830.931,44
Receita Compulsória Arrecadação Indireta	13.991.006,04	13.878.145,38
Sistema Indústria Conta Movimento	161.084,34	3.101.780,64
Outras Receitas a Receber	3.153.604,98	518.672,81
<b>Total</b>	<b>19.106.094,99</b>	<b>21.329.530,27</b>

## 8. Despesas Antecipadas

Representam valores a serem apropriadas ao resultado durante a sua vigência contratual, sendo composta conforme quadro abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Seguros de Veículos	0,00	17.599,36
Seguros de Imóveis	0,00	174.859,79
Licenças de Software a Apropriar	104.790,57	76.691,26
Garantia de Equipamentos	0,00	562.533,13
<b>Total</b>	<b>104.790,57</b>	<b>831.683,54</b>

## 9. Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível estão demonstrados pelo custo de aquisição ou construção e a composição esta constituída conforme quadro abaixo:

Os bens intangíveis se referem a Direitos Autorais com Produção de Vídeos; cursos EAD; implantação de Software de Controle Integral de Gestão – CIG; Gestão de Relacionamento com o Cliente – Microsoft AX CRM, BPM, SGE; Software Odontológico; ERP Dynamics; Sistema de Backup de Dados; Sistema de Folha de Pagamento; Sistema de Gestão Tributária; Sistema de Planejamento de Produção; APP Consultor; Projetos de: Comunicações Integradas, Sistema de Gestão de Saúde e ECM, Broker, Movimente-se +, Aprovações Integradas e Projeto Deep Freeze.

## Composição do Imobilizado e Intangível

DESCRIÇÃO	2017	2018
<b>BENS IMÓVEIS</b>	<b>236.163.854,30</b>	<b>240.939.680,60</b>
TERRENOS	48.577.113,98	48.577.113,98
PRÉDIOS	187.263.976,99	188.250.990,16
CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO	322.763,33	4.111.576,46
<b>BENS MÓVEIS</b>	<b>62.267.930,67</b>	<b>78.089.533,48</b>
MOBILIÁRIO EM GERAL	18.073.817,95	16.949.525,24
DISCOTECA, FONOTECA, FILMOTECA, PINACOTECA	254.300,00	254.300,00
INSTRUMENTOS MUSICAIS	27.892,03	21.349,30
VEÍCULOS	8.240.996,83	21.594.706,96
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	6.520.893,00	9.729.808,98
EQUIP. MÉDICOS, ODONT. E LABORATORIAIS	7.256.407,57	7.839.520,69
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	18.591.260,54	18.501.669,52
EQUIP. ESPORTES, ARTÍSTICOS E DE RECREAÇÃO	969.749,61	883.044,94
EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	2.183.892,37	2.192.615,08
OUTROS BENS MÓVEIS	148.720,77	122.992,77
<b>BENFEITORIAS EM IMÓVEIS DE TERCEIROS</b>	<b>4.270.794,66</b>	<b>4.368.002,42</b>
<b>BENS INTANGÍVEIS</b>	<b>12.799.074,61</b>	<b>14.409.300,02</b>
<b>TOTAL</b>	<b>315.501.654,24</b>	<b>337.806.516,52</b>

### 10. Provisões

O grupo Provisões está composto pelas principais contas demonstradas no quadro abaixo:

Provisões	2017	2018
Férias	13.374.978,62	14.515.881,52
Contingências Trabalhistas	1.852.334,48	-
Outras Provisões	254.436,90	260.154,82
<b>Total Provisões Curto Prazo</b>	<b>15.481.750,00</b>	<b>14.776.036,34</b>

O saldo para Contingências Trabalhistas foi transferido contabilmente para o grupo Não Circulante do Exigível a Longo Prazo no valor total de R\$ 2.348.373,67, considerando a natureza do passivo.

### 11. Convênio Arrecadação Direta

Repasse de 25% ao Serviço Social da Indústria – Departamento Nacional, oriundo dos recursos recebidos pelas Contribuições Compulsórias Diretas.

### 12. Não Circulante Exigível a Longo Prazo

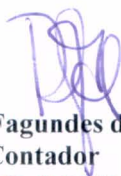
É composto por provisões referente a Contingências Tributárias R\$ 4.678.465,16 e Contingências Trabalhistas R\$ 2.348.373,67.

Os valores referentes às Contingências Trabalhistas foram informados pela Procuradoria Jurídica e demonstra as ações classificadas como perda provável.

### 13. Cobertura de Seguros

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de valores e bens de propriedade da entidade.

Curitiba, 01 de fevereiro de 2019.



**Rogério Fagundes de Almeida**  
Contador  
CRC PR-050003/O-6



**Edson Luiz Campagnolo**  
Diretor Regional  
SESI/PR